

Jornadas Parlamentares: Bloco propõe 15 medidas para aumentar receitas e combater desemprego

19-Out-2010

Na abertura das Jornadas Parlamentares do Bloco, em Viseu, Francisco Louçã criticou a política da bancarrota do Governo e os 2 capítulos secretos do OE 2011 - o do buraco do BPN e o dos três mil milhões de euros cobrir o défice.

Referindo-se à proposta do Governo de OE 2011 do Governo, Francisco Louçã afirmou que o que foi apresentado ao país é uma factura duríssima para ser paga e imposta aos sectores mais empobrecidos, e aos trabalhadores.

O Bloco faz as contas e diz que 300 mil trabalhadores da função pública terão o seu salário reduzido (perderão um mês de trabalho por ano), 1 milhão e 800 mil pensionistas perderão valor nas suas pensões que serão congeladas, mais de um milhão de pessoas perderão o reforço do abono de família e 383 mil crianças perderão o abono de família a que têm direito e todos os contribuintes que estão nos escalões acima dos 530€ de rendimento colectivo por mês também sofrerão uma substancial redução dos seus rendimentos por via do aumento de impostos.

Ao todo, estas medidas afectarão 5 milhões de pessoas, são 5 milhões vítimas deste orçamentação, classificou Louçã, acrescentando que, contudo, o orçamentação atinge muitas mais pessoas por causa da subida do IVA, do aumento do preço dos transportes e do aumento do preço dos medicamentos que voltarão a acontecer em Janeiro. Grande parte da população portuguesa pagará a factura deste orçamentação, disse Francisco Louçã.

Em contrapartida, se o resultado do orçamentação é garantido, haverá uma recessão, afirmou Louçã, argumentando que para a instabilidade financeira é apresentada como alternativa a política da bancarrota, que é a forma deste orçamentação e a sua estratégia para este e para os anos seguintes, ou seja, é degradar a economia, aumentar o desemprego e reforçar a precariedade.

Os capítulos escondidos no OE 2011

Francisco Louçã denunciou dois capítulos escondidos na proposta de OE 2010 do Governo. O primeiro corresponde ao tema do buraco do BPN, sobre o qual nada se sabe, uma vez que Teixeira dos Santos nunca conseguiu responder ao país sobre os 4,5 milhões de euros que saíram das contas públicas para pagar o BPN e que, segundo Louçã, correspondem ao valor de nove submarinos, um montante igual ao do valor da consolidação

orçamental prevista para o próximo ano.

Se algum dia a conta do BPN entrar nos capítulos da dívida ou do défice, então teremos uma duplicação da política da austeridade e da bancarrota e serão os contribuintes que terão de pagar a factura», afirmou Louçã.

O segundo capítulo escondido do endividamento, é facto curioso, ironizou Louçã, porque é precisamente por causa da dívida externa que os juros da dívida têm aumentado e justificado o agravamento do custo da vida das pessoas, o que leva à necessidade de medidas excepcionais sobre os mercados financeiros, argumentou.

Segundo Louçã, o défice previsto para 2010 é de 4,6 por cento (cerca de 8 mil milhões de euros), mas o aumento da dívida, que cobre este défice, ultrapassa em muito este valor e é de 11 mil milhões de euros. «Onde estão os outros 3 mil milhões de euros», pergunta Louçã, adiantando que estes milhões de euros são necessários para proteger o sistema financeiro que afundou a economia financeira, serão como uma almofada de segurança para usar de novo se assim for preciso.

Bloco quer recuperar a economia e Estado Social mais forte

Nas Jornadas Parlamentares, o Bloco procurará as respostas económicas e sociais que o país precisa, para redefinir as prioridades na economia. Trata-se de uma política socialista para a geração, afirmou Francisco Louçã.

Para isso, o Bloco trabalhará num conjunto de propostas com três grandes objectivos: combater a recessão com um programa de recuperação orçamental, para responder ao problema do desemprego; uma reforma fiscal para trazer mais democracia e transparência no sistema tributário e o reforço do Estado Social com melhor distribuição dos rendimentos.

Louçã avançou com algumas das 15 propostas fundamentais que o Bloco apresentará para o OE 2011 e que prevêem uma receita de mais 4 mil

milhões de euros no ajustamento orçamental.

O Bloco propõe a venda dos submarinos, uma vez que estes valem mil milhões de euros, que é o valor igual ao que representa o corte nos salários que o Governo quer fazer - «Defende-se o salário contra os submarinos inóteis», disse Louçã -, o aumento das pensões (25 euros nas pensões até aos 500 euros, e 20 euros nas pensões até aos 1000 euros), e uma auditoria e reapreciação das Parcerias Público-Privadas.

No campo da despesa, Louçã destacou também as propostas do Bloco para o corte nos contratos que a ADSE tem estabelecido com hospitais privados, da redução do recurso a empresas e institutos de auditoria ou assistência técnica privados, que valem mais de um milhão de euros, da manutenção dos 10 por cento no IRC pago pelas empresas, e da taxa dos fundos de investimento.

Por último, Louçã anunciou uma medida que representará uma «transformação do sistema fiscal»: trata-se de propor um imposto único sobre o património, passando este a incluir não só o património mobiliário, mas também o imobiliário e as ações.

«É impossível compreender que um património como este, esta riqueza, não pague qualquer imposto em Portugal», afirmou Louçã. O Bloco quer assim estender este princípio da responsabilidade fiscal a todos os domínios do património com um imposto progressivo (1 por cento para valores a partir de 1 milhão de euros e de 2 por cento para valores superiores a 2 milhões de euros).

«É possível governar contra a austeridade e a favor da democracia», rematou Francisco Louçã no final do discurso que antecedeu uma sessão pública sobre «Que Orçamento para responder à Crise?», com o economista José Reis, o médico António Rodrigues e a deputada e líder parlamentar do Bloco Cecília Honório e José Manuel Pureza.